

Política  
NEPOTISMO

# Congresso Nacional, uma “grande família”.

Composta por parentes de 37 senadores e 254 deputados, esta “família” cresce a cada eleição para as duas Casas. E resiste firmemente aos finais de mandato.

Por David Renault e Graça Ramos/AE

A cidade que nasceu cercada por um lago artificial, o Paranoá, com suas margens destinadas a clubes abertos à sociedade, viu surgir um clube especialíssimo, que nem fica na beira do lago. Ali ninguém paga para frequentar — pelo contrário, recebe — ou é obrigado a cumprir rigorosamente as 44 horas semanais de trabalho previstas na Constituição. O contracheque faz inveja à maioria absoluta dos trabalhadores brasileiros, as férias são mais generosas do que os 30 dias tradicionais, e, não raro, há garantia de ver o salário depositado no final do mês sem precisar colocar os pés nas dependências do clube, ou até mesmo em Brasília.

O clube mais fechado do Distrito Federal, instalado em pleno Congresso Nacional, é absolutamente familiar e inacessível aos mortais comuns. Para entrar lá é preciso, antes de mais nada, ser parente: de deputado, senador, ex-parlamentar, figuras influentes na sociedade, ou parentes desses, que se encarregam de perpetuar a cadeia familiar. Desde o ano passado, a jornalista Maria Aparecida de Oliveira, como **free-lancer** e pensando na tese de um futuro mestrado em Ciência Política, tem se dedicado a pesquisar as relações de parentesco entre funcionários do Congresso.

Em fevereiro, o **Jornal do Brasil** publicou a primeira parte da pesquisa da jornalista, com a relação de 193 deputados que têm parentes nomeados na Câmara. A segunda parte, agora concluída, mostra que são 254 deputados e 37 senadores que empregam 457 parentes diretos. De posse dos resultados da pesquisa, a **Agência Estado** em Brasília analisou os dados, checkou informações por amostragem, entrevistou funcionários e parlamentares para realizar a reportagem que segue.

Maria Aparecida de Oliveira dirigiu suas pesquisas, até agora, para dois caminhos. Os deputados e senadores que empregam parentes diretos como filhos, pais, irmãos, cunhados e primos na Câmara e no Senado e as chamadas “grandes famílias” que se formaram ao longo de décadas no Congresso e que têm hoje no sobrenome Maia, dos senadores José Agripino Maia e Lavoisier Maia, o principal representante, com 44 empregados.

## Inchaço

Argumenta-se no Congresso que 457 parentes em 75 senadores e 495 deputados é pouco. E menos ainda quando se sabe que a Câmara conta com cerca de nove mil empregados e o Senado com 6.457. Só que a relação pesquisada não chega a familiares mais afastados, nem aos parentes de ex-parlamentares (à exceção das “grandes famílias”) que acabaram ficando no Congresso. “Se se considerar que concunhado, ou tio da mulher, por exemplo, são tipos de parente, pelo menos 60% do Congresso constituem uma grande família”, ensina um experiente funcionário do Senado em vias de se aposentar depois de 30 anos de serviço, ela mesmo registrando 12 parentes em sua conta.

Há funcionários, inclusive parentes de deputado e senador, que entraram por concurso público, mas não há estatística oficial distinguindo-os daqueles que entraram pela janela, de resto a maioria. A Câmara que tinha 1.200 empregados em 1964 — 3,5 para cada deputado —, tem hoje 18 funcionários para cada um dos 495 parlamentares. Para 63 senadores em 64, existiam 945 servidores, uma relação de 15 por um e, hoje, a relação é de 86 por um.

É fácil entender o inchaço dos quadros funcionais do Congresso. Basta lembrar os sucessivos “trens da alegria”, as contratações em massa promovidas nos últimos anos, especialmente ao final de mandato das mesas da Câmara e Senado, as comissões diretoras formadas por parlamentares para administrar as duas Casas legislativas e eleitas a cada dois anos. Durante o mandato, cada deputado e senador tem direito a contratar “funcionários de confiança” para o gabinete. São cargos temporários que, em tese, deixam de existir com o fim do mandato do parlamentar, mas, na prática, boa parte continua funcionário da Casa, encostado em algum órgão, secretaria, comissão ou mesmo no gabinete de outro parlamentar. Até que um dia é efetivado no quadro funcional, sem que os novos deputados e senadores deixem de preencher outra vez os seus cargos de confiança.

## Sem riscos

É muito atraente ser funcionário do Congresso. Os vários tipos de gratificações e adicionais tornam o salário gratificante. Em valores congelados desde o mês de janeiro, pode ser de NCz\$ 969 para uma secretária parlamentar, de NCz\$ 2.500 para um técnico legislativo, ou NCz\$ 4.700 para um assessor técnico DAS-3. As promoções são automáticas com o tempo de serviço, por merecimento ou antiguidade. O boletim de pessoal do Senado da segunda quinzena de abril apresenta uma relação de 675 servidores que concorrem a promoção.

Depois de efetivado no cargo, o servidor do Congresso Nacional não corre o menor risco de ser demitido. Os meses de recesso parlamentar — julho e de 16 de dezembro a 14 de fevereiro, segundo a atual Constituição — são de uma tranquilidade absoluta e é comum que servidores, especialmente os mais graduados ou de cargos de confiança, passem todo o tempo fora de Brasília.

Ser funcionário do Congresso, receber o salário todo mês e nem morar em Brasília também não é exceção. A filha do presidente José Sarney, Roseana Sarney Murad,



Alexandre Costa: três filhos no Senado.



Lavoisier Maia e a “grande família” Maia: 44 empregados.

há algum tempo mora no Rio de Janeiro, depois de ser requisitada do Senado para trabalhar na Presidência. O industrial alagoano Luís Renato de Paiva Lima é funcionário do gabinete do senador Divaldo Suruagy, mas passa a maior parte do seu tempo em Maceió e o técnico legislativo Luís Freire, filho do ex-senador maranhense Vitorino Freire, já conseguiu ser deputado e senador, voltou aos quadros do Senado, mas nunca é visto por seus colegas de trabalho.

Funcionário-fantasma é o que não falta no Congresso, para desespero dos servidores que trabalham efetivamente, prestando importantes serviços nas comissões técnicas e nas votações ou mesmo nos gabinetes. A tentativa de moralizar o serviço, obrigando a assinatura do livro de ponto quatro vezes ao dia, uma forma de acabar com o fantasma, deu em nada, assim como em na-

da resultou a idéia de forçar deputados e senadores a permanecerem na capital para participar das sessões da Câmara e Senado, sob o risco de ter o salário descontado. As sessões continuam vazias e os contracheques, cheios.

Cada senador tem à disposição do seu gabinete dez funcionários do quadro permanente do Senado, pode contratar quatro assessores de confiança e ainda requisitar mais dois funcionários públicos, de Brasília ou não. O diretor-geral do Senado, Passos Porto, acha que o total de funcionários da Casa e a quantidade destinada a cada senador são “corretos e necessários para atender as necessidades da vida parlamentar”, embora a Universidade Federal de Minas Gerais, outra instituição pública, tenha um funcionário para cada dois alunos. Porto, ex-senador por Sergipe, não reeleito, ganha cerca

de NCz\$ 6 mil para fazer o seu trabalho. Na Câmara, o deputado tem em seu gabinete um empregado do quadro funcional e pode contratar de quatro a dez empregados de confiança, com uma verba específica, que em janeiro era de NCz\$ 4 mil por mês.

A Câmara vai gastar este ano NCz\$ 226.399 mil com pessoal e o Senado, NCz\$ 225.451 mil — cerca de 70% do gasto global, segundo a última estimativa do orçamento da União feita pela Secretaria de Planejamento. A Universidade Federal de Minas Gerais deve gastar NCz\$ 132 milhões com os seus 7.700 funcionários, incluindo professores, e toda a verba do governo para o programa de controle da malária é de NCz\$ 40 milhões. O Ministério da Agricultura, com 11.900 funcionários, gasta com pessoal este ano NCz\$ 97 milhões.